

# EDUCAÇÃO FÍSICA, ECOLOGIA HUMANA E CORPOREIDADE EM PARQUES URBANOS: UM PANORAMA INCLUSIVO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS NO ENTORNO DA PEDREIRA RIACHO, DISTRITO DO PARQUE INDUSTRIAL, MUNICÍPIO DE CONTAGEM - MINAS GERAIS

*Carla Cristina de Carvalho Silva<sup>1</sup>; Vagner Luciano de Andrade<sup>2</sup>*

<sup>1</sup>Servidora da Rede Pública Municipal de Contagem, Grande Belo Horizonte. Professora e Especialista em Educação Física e Treinamento Desportivo pela Faculdade Nova Ateneu/IPEMIG (2019)

<sup>2</sup>Educador e Mobilizador da Rede Ação Ambiental. Bacharel-licenciado em Geografia e Análise Ambiental (UNI-BH), Licenciado em História (UNICESUMAR) e especialista na área de Educação, Patrimônio e Paisagem Cultural (Filosofia da Arte e Educação, Metodologia de Ensino de História, Museografia e Patrimônio Cultural, Políticas Públicas Municipais). Licenciado em Ciências Biológicas (FIAR), Tecnólogo em Gestão Ambiental (UNICESUMAR) e especialista na área de Educação, Patrimônio e Paisagem Natural (Administração escolar, Orientação e Supervisão, Ecologia e Monitoramento Ambiental, Gestão e Educação Ambiental, Metodologia de Ensino de Ciências Biológicas).

## RESUMO

Não há indivíduo que não tenha cultura, pelo contrário cada um é instituidor e propagador de cultura. Assim, cultura faz parte do íntimo do ser humano criador e propagador da cultura, de forma que a ela se desponha de diversos jeitos, estando em constante modificação, abrangendo uma ação de criar e recriar. A cultura é por sua vez um elemento funcional na vida humana e manifesta-se nos atos mais banais do comportamento do indivíduo. Assim como existir, o corpo e a corporeidade também se formatam enquanto cultura. A cultura e a educação física percorrem conectadas um caminho desafiador. A cultura evidencia a humanidade em seus múltiplos aspectos e a educação física dá acesso à cultura como de incluir, humanizar e socializar os distintos agentes socioculturais em formação. O presente trabalho analisa o indivíduo deficiente e os desafios da educação física inclusiva no Brasil elencando eventuais limites impostos à educação física. É preciso vencer as possíveis barreiras na educação física comprometida com a mudança de imagem acerca do deficiente. Incluir é uma maneira de apostar no outro, evidenciando como protagonista de novos processos formativos mais humanos e menos excludentes. Este trabalho dedicou-se a analisar a inclusão a partir da Pista Linear da Avenida Francisco Firmo de Mattos Filho, defendendo a importância de um espaço coletivo e inclusivo na Pedreira do Riacho.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Inclusiva; Educação Física; Espaço Público; Inclusão Social; Indivíduo Deficiente;

## 1 INTRODUÇÃO

O homem, no processo de transformação de sua realidade cria estruturas sociais básicas que se estabelecem e se solidificam na medida em que se vai constituindo o projeto social no qual se insere. Tóquio, capital do Japão, agosto de 2021, após o atraso de um ano, devido à Pandemia de COVID-19, as paraolimpíadas começaram mostrando ao mundo, a performance da inclusão social, em todos os aspectos e espaços societários. Nesse sentido, o espaço público só se justifica e se legitima diante da sociedade, ao exercer a finalidade para a qual foi criado, cumprir plenamente com a função social de acolher, incluir, humanizar, socializar e formar sujeitos (BATISTA, CARDOSO e CASTRO, 2015). Assim, pensar a função social do espaço público contemporâneo enquanto elo da educação básica implica problematizar o projeto societário socialmente consolidado na tentativa de reconstruir o espaço público ideal. Nesse processo, a articulação entre os diversos segmentos curriculares que compõem a ambiência cultural e a criação de espaços inclusivos e mecanismos de participação são prerrogativas fundamentais para o exercício do jogo democrático, na construção de um processo de gestão que promova a acolhida, a inclusão, a humanização, a socialização e a formação de sujeitos.

Este trabalho objetiva estudar didática e pedagogicamente como os processos culturais interferem na inclusão do deficiente no âmbito das práticas em educação física. Assim, entende-se que a consolidação do objetivo principal desta

pesquisa é materializar as práticas do incluir, humanizar e socializar, elementos que ganham visibilidade positiva no campo da educação contemporânea em âmbito nacional e internacional. Objetivo principal é analisar o uso de conceitos e procedimentos da Inclusão sociocultural em atividades esportivas, culturais e recreativas no âmbito dos espaços públicos da Regional Riacho das Pedras, inserida na área do distrito do Parque Industrial, no município de Contagem/MG. Os objetivos específicos são:

- Comparar as ações existentes com as informações e protocolos de base inclusiva, tendo o respaldo das normas legalmente instituídas sobre o ensino do tema;
- Levantar elementos pedagógicos que fazem parte da composição didática e do ensino de Educação Física, em especial, as atividades físicas, fora da escola;
- Revisitar propostas didáticas e pedagógicas, outrora esquecidas ou abandonadas que contribuam com o desafio da inclusão em todo seu potencial em parques;

Espera-se que, em breve, vários trabalhos pedagógicos direcionados ao assunto, façam parte do contexto dos espaços públicos em Minas Gerais, proporcionando o maior envolvimento do deficiente ao contexto da diversidade, do qual ele se sinta parte total e não fragmento. O Cada vez mais a inclusão transpõe o espaço educativo, buscando as nuances da Ecologia Humana, que segundo Seidel (2008, p. 02):

Dentre as diversas áreas que utilizam o termo ecologia humana podemos citar os próprios ecólogos, que a estudam focada na ecologia da espécie (biológica) humana, suas adaptações ao meio físico, suas adaptações populacionais e comportamentais; a dos antropólogos que a utilizam para comparação entre as diversas formas de sociedades e incrementam a visão dos ecólogos com as questões culturais; a dos sociólogos, muito marcada pela influência da Escola de Chicago e focada na adaptação do homem ao seu meio como questão fundamental (HOGAN,1981); a usada nas áreas da saúde ambiental, com foco no conceito interdisciplinar com inspiração sistêmica e vendo a saúde pública como alternativa para a ecologia humana aplicada sendo encontrada em ergonomia, imunoematologia, epidemiologia, ecotoxicologia (MACHADO, 1981<sup>1</sup>) e até a usada pelos arquitetos urbanistas que colocam a importância da consideração das características ambientais, econômicas e sociais dos assentamentos humanos para a execução das atividades de arquitetura, planejamento urbano e tomadas de decisões políticas (LAWRENCE, 2003<sup>2</sup>).

Versar sobre inclusão é discutir arquitetura, ecologia, pedagogia e saúde. O contexto sociocultural do mundo atual requer da Educação Básica, da sociedade e do governo uma melhor compreensão da composição diversificada dos indivíduos atendidos no espaço público. Portanto, a Inclusão na Educação Física se torna um assunto crucial à abordagem da pesquisa, uma vez que, é o resultado da ação do docente sobre o indivíduo deficiente, potencializando-o ou anulando-o, no âmbito de práticas saudáveis. Possibilitar que as pessoas deficientes desvendem os processos de atividade física e demais elementos formadores da qualidade de vida é uma forma de aproximá-las do projeto de uma sociedade comum, igualitária e democrática e fortifica a concepção de um espaço público, enquanto um espaço não somente de lazer, mas, sobretudo, de aprendizado e interação. Tratar-se-á aqui não do aprendizado teórico da sala de aula, mas sim do prático, aquele que conduz o indivíduo ao contato com os companheiros, com o próprio corpo, promovendo o intercâmbio, o autoconhecimento, a superação, dentre outros aspectos da corporeidade. Neves (2009, p. 06) alega que:

<sup>1</sup> MACHADO, P. A. **Ecologia Humana, Conceito e Oportunidade** In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECOLOGIA 2ª Jornada brasileira de ecologia humana. Campinas: Unicamp, 1981

<sup>2</sup> LAWRENCE, R.J. **Human ecology and its applications Landscape and Urban Planning** 65 (2003) 31-40. Disponível em [www.sciencedirect.com](http://www.sciencedirect.com). Acesso em 22 de abril de 2008.

O conceito filosófico considera a idéia de “Forma de Corporeidade” que, segundo a tradição agostiniana da Escolástica, representa o corpo como realidade orgânica, independente de sua união com a alma, mas que o potencializa para tal união (ABBAGNANO<sup>3</sup>, 2000; MORA<sup>4</sup>, 1994). Este conceito permeia na idéia da propriedade do corpo em estabelecer relações com todas as possibilidades que o rodeiam, “é a forma de o homem ser-no-mundo” (GONÇALVES<sup>5</sup>, 1994, p.102), é vislumbrar o corpo humano “numa unidade expressiva da existência” (FREITAS, 1999<sup>6</sup>, p.52); indivíduo que pensa, sente e age. “O ser humano é corporeidade.” (SANTIN<sup>7</sup>, 1987, p.50). Nesta perspectiva, remete-se a Merleau-Ponty<sup>8</sup> (2006) e sua idéia de “corpo próprio” – o corpo que não pode apropriar-se de si mesmo, mas, se apropria dos objetos, das idéias, incorporando-os por meio do movimento intencional de projetar-se ao mundo (FREITAS, 1999) – no qual ele disserta acerca das possibilidades de um corpo ser, estar, encontrar-se em uma existência, ou seja, vivenciar sua Corporeidade, sê-la. Esta Corporeidade que se faz em nós é mutável e transforma-se a cada nova vivência sem abandonar as anteriores; todo contexto por que passamos, as culturas, os hábitos, os costumes vão influenciar nesta Corporeidade, em sua maneira de ser-no-mundo (MERLEAU-PONTY, 2006; FREITAS, 1999; GONÇALVES, 1994). Complementando esta idéia, Mayer (2006) afirma que a “Corporeidade se refere a tudo aquilo que se caracteriza pelo preenchimento do espaço e pelo movimento e, prioritariamente, ao que situe o homem como um ser- no- mundo.”

Cada vez mais a educação física e as atividades corporais consolidam-se como uma técnica bastante utilizada como forma de instituir condições mais humanas e incluídas de aprendizado e autonomia. Por meio dela, criam-se novas possibilidades de se perceber o ambiente e formular deduções. E, desta forma, agregar valores distintos ao corpo, aos objetos ou ao espaço observado. Além disso, a educação física possui aspectos lúdicos e de psicomotricidade, gerando possibilidades e intervenção descontraídas que facilitam ao sujeito a assimilação de temas corporais, contribuindo para uma autoaceitação, autodescoberta, autoreconhecimento e contribuindo para elevar a autoestima dos mesmos. Tal posicionamento se embasa no direcionamento que a Educação Física vai ao encontro das propostas de Educação Inclusiva, rompendo limitações. O equacionamento de uma educação para todos se encontra no contexto pedagógico do Brasil, com o advento da Lei Federal nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que possui uma importância ímpar. Logo, após sua promulgação, vários outros meios legais se instituíram no tocante à necessidade das formações didáticas e pedagógicas aos professores dos estados que compõem a nação. Em Minas Gerais, a diversidade envolve aspectos históricos que estão sendo revisitados e repensados, visando reformulação para além dos espaços escolares, atingindo a sociedade como um todo.

## 2 MATERIAIS E MÉTODOS

O presente trabalho elencou como espaço público de uso coletivo, áreas aplainadas que correspondem à avenidas resultantes de canalizações de diferentes córregos, na regional Riacho das Pedras, localizada ao sudeste do município de Contagem - MG. Essas áreas são frequentemente utilizadas para as práticas esportivas mas observa-se muito irregular, quase inexistente a frequência e apropriação de deficientes, por uma série de questões que precisam ser levantadas e equacionadas, promovendo a equidade e inclusão.

<sup>3</sup> ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. 2.ed. São Paulo: Mestre Jou, 1982. 981p.

<sup>4</sup> MORA, J. F. **Dicionário de filosofia**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991. 456p.

<sup>5</sup> GONÇALVES, M. A. S. **Sentir, pensar e agir: corporeidade e educação**. 9.ed. Campinas, SP: Papyrus, 1994. 197p.

<sup>6</sup> FREITAS, G. G. de. **O esquema corporal, a imagem corporal, a consciência corporal e a corporeidade**. 2.ed. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1999. 96p

<sup>7</sup> SANTIN, S. **Educação Física: uma abordagem filosófica da corporeidade**. Ijuí, RS: Livraria UNIJUÍ Editora, 1987. 125p.

<sup>8</sup> MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Traduzido por Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. 662p.

Nesta área, tem-se como referência os bairros Distrito Industrial do Riacho, Jardim Riacho, Novo Riacho, Parque Riacho, Riacho das Pedras, Santa Cruz, Jardim Califórnia e Eldorado Sul. As avenidas utilizadas são Avenida Regulus, Avenida César Augusto Faria Simões (antiga Avenida Estrela Polar), Avenida Riacho das Pedras, Avenida Francisco Firmo de Mattos Filho (Figura 01).



**Figura 01:** Caminhantes pela Pista Lateral da Avenida Francisco Firmo de Mattos Filho  
**Fonte:** <https://www.otempo.com.br/o-tempo-contagem/pista-de-caminhada-e-inaugurada-1.30168>

Faz-se necessário destacar que nessa área encontra-se as últimas áreas verdes, pois trata-se de uma região densamente urbanizada, com pressão sobre os últimos bosques urbanos: a Matinha da Rua Andrômeda, o Bosque da Rua Cruzeiro do Sul (Figura 02), o Bosque da Sociedade Hípica e a Pedreira Riacho, que são espaços que deveriam ser transformados em espaços de lazer e atividade física. Porém, isso não se efetiva sendo necessário e emergencial ampliar os índices de arborização da Avenida Francisco Firmo de Mattos Filho, pois a mesma é extensa, começando na Rodovia Fernão Dias e terminando no Residencial Oasis, já na Cidade Industrial, e a mesma dispõe de poucos indivíduos arbóreos. A árvore é importante para as atividades físicas, por um conjunto de fatores positivos, que não nos cabe agora contemplar e discutir.



**Figura 02:** Área Verde sendo ocupada por conjunto habitacional - Jardim Riacho  
**Fonte:** <https://direcional.com.br/minas-gerais/empreendimentos/reserva-das-flores/>

Por consequência, buscou-se criar uma conexão dos conhecimentos científicos amplamente discutidos nesta área com a prática da inclusão no espaço público. A humanidade possui inúmeros legados produzidos pelas ações construtivas e destrutivas que transformam socialmente o planeta. Apesar dos avanços recentes sabe-se que ainda há exclusão, segregação e discriminação entre os homens. Uma das mais recentes refere-

se ao deficiente, onde vem sendo coletivamente mobilizadas forças, visando sua inclusão e inserção na sociedade, rompendo com o passado excludente. Os conceitos da Educação Inclusiva, além de recentes são vastos e complexos e perpassam por diversas áreas específicas dos conteúdos estudados, indo para a vida social, para o espaço público. Entretanto, não faz parte dos objetivos desta pesquisa um aprofundamento minucioso neste campo do saber, visto sua amplitude e correlações. Mas, sim a seleção de assuntos como adaptação e modificação do ambiente arquitetônico do espaço público e das atividades curriculares que certamente contribuirão para a inclusão em suas múltiplas possibilidades.

O trabalho visa por meio de releituras da bibliografia existente, destacar elementos didáticos e pedagógicos que compõem a perspectiva da inclusão nesta área. Esta forma de ensinar, por sua vez, segue preceitos do Direito à inclusão, contudo, o foco principal está na diversidade pautada no intercâmbio entre todos os indivíduos, sem distinções. Por vez, além de sua importância histórica e social, a inclusão será um reconhecimento e a correção de uma dívida pretérita para com todos aqueles excluídos. Assim, propor práticas e atividades que valorizem o deficiente enquanto sujeito, autor de sua própria história se consolida como um importante passo para a confirmação do cumprimento aos Direitos humanos.

A proposta dessa pesquisa é enxergar o indivíduo “deficiente” como o principal sujeito do fenômeno humano que é a Inclusão, registrando sua inserção, através da prática de atividades físicas no âmbito da Educação Física. Busca-se, desta maneira, uma metodologia que atinja a esse objetivo, sendo a mais adequada, a Abordagem Fenomenológica, na qual se registrou a experiência consciente do sujeito vivida em determinada situação, por meio da observação. A fenomenologia propõe investigar “*in loco*”, vivências humanas e traçar uma compreensão do fenômeno, sem prender-se em generalizações e explicações causais. Assim, os indivíduos observados deram sentido ao olhar da pesquisa. Esta, por sua vez, esquematiza os relatos de vivência, redigindo a experiência enquanto observante, para gerar o objeto de conhecimento, a pesquisa, enquanto resultado final. Para este trabalho, elegeu-se a Observação Participante. Nesta vertente, a busca é pela elucidação do vivido, mas partindo do pressuposto que a interpretação da pesquisa é essencial na compreensão do fenômeno. Na interpretação, o vivido na pesquisa é levado em conta. Definida a metodologia fenomenológica é preciso identificar e situar o fenômeno, que será a visitação aos espaços públicos e a observação das atividades externas de educação física. Esse método de estudo propôs três momentos em que os pesquisadores alcançaram resultados satisfatórios.

- 1) A compreensão do fenômeno de educação e corporeidade, fora da sala de aula, destacando as significâncias para os indivíduos deficientes.
- 2) A descrição fenomenológica da realidade cultural e do processo de educar/incluir/excluir, fora da escola, a partir de aspectos teóricos de inclusão social;
- 3) A redução das possibilidades de inclusão outrora existentes, e o porquê desta situação na região pesquisada, Regional Riacho das Pedras, Contagem/MG;

Assim empreendeu-se uma pesquisa direcionada a investigar os desafios impostos à educação física com relação ao indivíduo deficiente que gerou as seguintes questões, aparentemente, sem respostas:

- Os desafios da educação inclusiva no Brasil estão sendo registrados ou ignorados por profissionais da Educação Física?
- Quais são as principais possibilidades de inclusão e de melhoria da qualidade de vida de deficientes através da atividade física?
- Quais são as possíveis limitações existentes, desconstruindo-as a partir de experiências de sucesso outrora registradas?

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Antes de se ater à questão da inclusão, deve-se enunciar a importância do acesso à educação física no espaço público, enquanto uma conquista democrática. Sabe-se que a atividade física é um componente ativo na vida do ser humano, e que não existe sujeito no mundo que não possua uma corporeidade e uma psicomotricidade, pois cada um cria e propaga seu mundo, de diversas formas de ser/estar no mundo socialmente instituído. Neste sentido, esta pesquisa busca abordar a importância de uma cultura voltada à promoção da qualidade de vida no espaço público. E quando se fala em qualidade de vida focaliza-se o conteúdo de educação física, em específico, sem desmerecer ou desqualificar os demais. Para Oliveira (2002) a escola protagoniza exclusão:

O professor de Educação física deve desenvolver as potencialidades de seus alunos, portadores de necessidades educativas especiais e não excluir das aulas, muitas vezes, sob o pretexto de preservá-los. A escola opta por dispensá-los da educação física, por considerar professor despreparado para dar aula para esses alunos. Este por receio, por pouca remuneração achando que para dar aula dentro da educação inclusiva tem que ter uma melhor remuneração, e que ele está sendo pago para dar aula para “alunos normais” e não para pessoas portadoras de deficiência com traços fisionômicos, com alterações morfológicas, problemas psíquicos, ou com problemas de coordenação que acabam se destacando das demais.

Assim sendo, a solução para o professor ou para a escola, nem sempre é o melhor para o aluno, antes de tomar uma atitude achando que irá expor o seu aluno a uma situação de vergonha perante aos outros, deve-se descobrir se o aluno gostaria de participar das atividades junto com os colegas. Essas atitudes acabam sendo complexas, no que diz respeito em aceitar as modificações, que irão partir de experiências vivenciadas ao longo do tempo.

Quando vemos que a inclusão entre educandos e dos educadores, ainda engatinha nas escolas é preciso trazer a discussão para as ruas e espaços públicos. Quando se trata de cultura e educação física, se pode dizer que estes elementos intrinsecamente ligados, tornam-se fenômenos socializadores, capazes de modificar a forma de pensar da sociedade. Quando se adota a atividade física como uma aliada no processo de ensino-aprendizagem fora da escola, permite-se que cada indivíduo que frequenta o espaço público, o meio ambiente, o parque urbano participe do processo educacional. As atividades propostas no contexto da educação física fazem com que ele se sinta parte de um todo, ao notar que seu modo de ser e estar não é, mas visto como “deficiente” ou “anormal”. Ao promover a igualdade entre os indivíduos na realização das tarefas, promove-se uma forma de socialização com os demais colegas, pois ele não é diferente e sim igual aos demais. Moreira (2008) alega que:

Alguns objetivos que podem ser alcançados nas aulas de Educação Física para crianças com necessidades especiais são mencionados na obra de Palafox<sup>9</sup> (1998):

- Identificar, reconhecer, comparar, agrupar e/ou classificar os elementos constitutivos e as propriedades do corpo, dos materiais utilizados e das práticas sociais manifestadas na aula, com atividades que tenham sentido, sejam desafiadoras e enfatizem a superação do egocentrismo e/ou individualismo.
- Socializar permanentemente em todas as experiências de aprendizagem, fomentando a autonomia, a capacidade criativa, a busca do prazer pelo que se faz e o acesso à possibilidade de mudança de regras, tendo a organização grupal como fonte de resolução de problemas.

Ainda esse mesmo autor se refere, como objetivos mais específicos, aos elementos psicomotores e cognitivos que são subjacentes ao desenvolvimento da

<sup>9</sup> PALAFOX, G.M. Idade pré-escolar: 3 a 7 anos. Uberlândia: Mimeo, 1998.

criança: Esquema corporal; Noções espacial e temporal; Habilidades motoras básicas; Desenho e escrita; Lateralidade; Coordenação fina e grossa; Atenção; Expressão oral e estimulação para a leitura; Percepção sensorial e memória; Equilíbrio e controle muscular; Criatividade.

Mas como o espaço público e as diversas atividades físicas podem oferecer este acesso às pessoas deficientes, rompendo definitivamente com a cultura disciplinar do preconceito e da exclusão. Se a o espaço público limita o acesso à cultura da inclusão social e suas perspectivas, é preciso que dentro de condições historicamente determinadas, que ele se reestruture e se constitua em espaço de convivência social favorecendo e estimulando a formação da cidadania. Compete ao espaço público, implementar e desenvolver uma alternativa pedagógica, participativa e democrática, fundada na dialogicidade e na historicidade do ser humano, que inclua conteúdos, procedimentos, valores, atitudes e comportamentos orientados para a compreensão, promoção e defesa dos direitos humanos, bem como para sua reparação em caso de violação. Soares e Alves (2007, p. 234), descrevem a escola como protagonista:

Um dos conceitos de inclusão e integração compartilhada por Mantoan (1997), quando afirma que na integração escolar toda a estrutura da escola se mantém não havendo mudança naquilo que já está instituído. Cabe ao aluno adequar-se a ela. Já a inclusão é uma opção mais radical no sentido que é o sistema que precisa ser revisto, adequando-se às demandas do aluno. Para tanto, recursos físicos e meios materiais necessitam ser priorizados juntamente com a informação ao professor sobre o aluno com necessidades educacionais especiais esclarecendo esta condição, desenvolvendo novas atitudes e formas de interação que repercutam nos processos de aprendizagem de todos os alunos.

Novamente, o espaço público é anulado devido à priorização tecnicista dos conteúdos formativos. A escola deve descentralizar e transferir para o espaço público, o compartilhamento de ações inclusivas. Por suas características peculiares, o espaço social é um relevante local em que o conhecimento se formata, não apenas como forma de crescimento pessoal, mas, sobretudo, de humanização e inclusão. Como espaço de convivência favorece a humanização e o exercício da cidadania, ao promover a participação de todos os membros da comunidade. Como espaço de convivência social, se torna um centro de referência pessoal, que marca os sujeitos que por ali passam. E certamente, um dos mais marcantes é a educação física, por promover a participação, o intercâmbio entre os indivíduos, socializando e incluindo todos. Das muitas formas curriculares pelas quais formatam o cotidiano, o espaço público, a educação física vive uma realidade diferente das demais disciplinas. Promove uma abordagem diferenciada ao sair do tradicional quadro/giz e carteiras enfileiradas. Torna-se assim única, pelas oportunidades de convívio, e pelas atividades lúdicas das quais todos participam. Assim, através da atividade física, ação o espaço público se potencializam de forma mais eficiente e relevante no sentido de inclusão. Para Damázio e Bruzzi (s/d, p. 08):

A prática de atividades motoras no contexto escolar, mais precisamente o componente curricular Educação Física, próprio aos profissionais da área, vem buscando formalizar ao longo dos anos a identidade de seus conteúdos, bem como a identidade dos objetivos gerais a serem alcançados neste contexto (BRACHT<sup>10</sup>, 1999). Com o passar dos anos, tem-se concretizado a idéia de que os jogos, esportes, lutas, danças e ginásticas sejam os próprios conteúdos da educação física. Dentro desses conteúdos existe um universo enorme de possibilidades de trabalho que devem ser definidos de acordo com as necessidades, desejos e

<sup>10</sup> BRACHT, V. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. *Cadernos Cedes*, ano XIX, nº 48, Agosto, 1999.

potencialidades dos alunos (PEDRINELLI; VERENGUER<sup>11</sup>, 2005). Paralelo a este processo de busca de identidade, não menos importante, tem acontecido a inclusão de alunos com necessidades especiais em escolas regulares, por meio de amparo legal e com a responsabilidade social de não negligenciar a educação para essas pessoas de maneira adaptada. O planejamento do programa de educação física nas escolas inclusivas, adequado ao projeto político-pedagógico, deve ocorrer respeitando os princípios do desenvolvimento humano (SHAFFER<sup>12</sup>, 2005) e as características próprias das pessoas com deficiência (GIMENEZ<sup>13</sup>, 2005).

De que forma a educação física nos espaços público pode ser a formação cultural e cidadã dos educandos, em especial, dos deficientes. O espaço público é uma instituição fundamental para a sociedade ao destacar-se pela formação da cidadania, ao promover o diálogo e a inclusão. Obviamente, entender a cidadania no seu sentido mais amplo possível, o exercício pleno dos direitos e deveres de cidadão numa sociedade democrática, incluindo a participação efetiva em todo o processo social como sujeito histórico, de forma crítica e consciente. Além disso, a questão colocada enfoca principalmente o espaço público atual, com os problemas já conhecidos, onde a escola (escolarização) e o espaço público (socialização) tem um papel conjunto decisivo no processo de formação e inclusão, principalmente para os indivíduos mais pobres.

O aprendizado está relacionado a diversos fatores extraescolares, entre os quais a qualidade de vida dos indivíduos, tanto dentro da escola, como fora nos espaços públicos. Esta qualidade de vida perpassa diretamente pela noção de corporeidade, de expressão corporal e de psicomotricidade. Estes aspectos educacionais devem ser observados previamente pelos profissionais que atuam nas áreas da arquitetura, da ecologia, da pedagogia e da saúde, incluindo os educadores físicos, principais protagonistas desta discussão emergencial. É essencial que a o espaço público desperte nos indivíduos a capacidade de compreenderem e atuarem no mundo em que vivem, e essa atuação se dá através da mente, mas também do corpo. Chicon (2008, p. 28) afirma que:

No âmbito escolar, a inclusão de alunos com NEEs nas aulas de Educação Física, a nosso ver, parece estar relacionada, predominantemente, com aspectos atitudinais e procedimentais. O primeiro diz respeito ao preparo profissional, à concepção de homem que se quer formar, à atitude de aceitação e promoção da diversidade humana. O segundo está no caminho, no meio para atingir os objetivos, ou seja, a escolha da metodologia de ensino, dos procedimentos didáticos. Nesse sentido, concordando com Landim<sup>14</sup> (2003) consideramos que uma proposta para a Educação Física deve respeitar a diversidade humana em qualquer de suas expressões: gênero, biótipo, cor, raça, deficiência, etnia, sexualidade, aceitando e elegendo as diferenças individuais como fator de enriquecimento cultural. Desse modo, será possibilitada, a todas as crianças da escola, maior oportunidade de aprendizagem, interação com seu meio sociocultural e uma convivência positiva e rica entre todos os alunos. Sendo assim, entendemos que incluir na Educação Física não é simplesmente adaptar essa disciplina escolar para que uma pessoa com NEEs possa participar da aula, mas é adotar uma perspectiva educacional cujos objetivos, conteúdos e métodos valorizem a diversidade humana e que esteja comprometida com a construção de uma sociedade inclusiva.

Assim é preciso dar informações e formação aos sujeitos para que eles atuem como cidadãos completos, e não fragmentados, organizando-se e defendendo seus interesses e os interesses da coletividade. O espaço público é o lugar onde as pessoas se socializam

<sup>11</sup> PEDRINELLI, V. J.; VERENGUER, R. C. G. Educação física adaptada: Introdução ao universo das possibilidades. In: GORGATTI, M. G.; COSTA, R. F. (Org.). Atividade física adaptada. Barueri: Manole, 2005.

<sup>12</sup> SAHFFER, D. R. Psicologia do desenvolvimento: infância e adolescência. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

<sup>13</sup> GIMENEZ, R. Atividade física e deficiência mental. In: GORGATTI, M. G.; COSTA, R. F. (Org.). Atividade física adaptada. Barueri: Manole, 2005.

<sup>14</sup> LANDIM, P. M. B. Análise Estatística de Dados. São Paulo: UNESP, 2003.

uma com as outras, respeitando as diferenças de cada um, efetivando a inclusão. Assim legitimar o espaço público como preponderante na efetivação da inclusão social é entender que somente através de uma educação básica completa para além da escola e de qualidade, é que se formarão cidadãos conscientes. Conscientes de sua mente, de seu corpo, de suas necessidades, portanto, conscientizados, de seus direitos e deveres. Os espaços públicos devem favorecer o acesso permanente à cultura da atividade física, da expressão corporal, da cultura da corporeidade, da psicomotricidade e da inclusão de todos. Silva (2013) defende que:

Apesar dos avanços da sociedade e da Educação Física escolar com relação à inclusão, observamos que na nossa realidade atual a inclusão ou exclusão dos alunos depende dos profissionais, do meio em que cada um vive e das influências externas exercidas pela mídia e sociedade. Dessa forma, podemos dizer que cada escola tem um parâmetro de Educação Física. A fim de que possa realmente ocorrer a inclusão nas aulas de Educação Física é essencial que haja uma formação adequada dos profissionais, para que eles possam saber como agir em relação aos portadores de necessidades especiais nas aulas. Além disso, esses profissionais da área devem estar sempre atualizados. São imprescindíveis que sejam tomadas medidas pedagógicas inclusivas, como o ensinamento do esporte, da dança e da ginástica adaptados durante as aulas, mas não apenas para os portadores de necessidades especiais, mas para todos os alunos, com o intuito de propiciar a esses alunos uma relação com o espaço e com os colegas. As aulas não devem ter como objetivo a realização perfeita da técnica, visto que isso excluiria os portadores de NEEs, mas sim a vivência dos movimentos, tal como sua compreensão e transformação, de forma que os alunos possam apresentar consciência da expressão corporal.

A educação, para além da escola, tem como princípio fundamental potencializar a capacidade ilimitada do ser humano. Nenhum país alcança um bom desenvolvimento, se não garantir uma boa educação e acesso a inclusão e promoção da Ecologia humana. A educação tem como papel fundamental garantir o conhecimento e desenvolvimento de competências, o direito do conhecimento histórico e cultural pela humanidade e de sua utilização no exercício efetivo da cidadania. É no dia a dia que crianças e adolescentes tem acesso à cultura corporal, porém isso não é dever exclusivo da escola. O espaço público, representa sim um movimento em conjunto da sociedade, família e poder público para propor novos módulos e novos espaços educativos. Visando à melhoria da qualidade de vida de deficientes, ações de incentivo à acessibilidade e a busca de meios efetivos da inclusão social. Sobre a inclusão/exclusão escolar, Carmo (2001, p. 72) delibera que:

Retomando a discussão acerca dos impactos da inclusão podemos afirmar que as tão sonhadas turmas ou classes “homogêneas”, nas quais todas as crianças deveriam ser “iguais” em idade, peso, altura, e habilidades, estão prestes a se transformarem em classes da diversidade humana, onde todas são diferentes e desiguais. E nos perguntamos: será que os professores de Educação Física que tanto sucesso têm conseguido com os atletas portadores de deficiência, no campo segregado e diferenciado dos jogos e competições, terão condições de desenvolver suas atividades escolares em grupos envolvendo deficientes e não-deficientes? Os conhecimentos que os professores de Educação Física dominam possibilitam, pedagógica, metodológica e tecnicamente trabalhar a diversidade humana no mesmo espaço e tempo da Escola Regular? As atividades motoras e os esportes para os “deficientes” têm que ser necessariamente adaptados e ministrados separadamente das demais crianças?

Ao se verificar a hegemonia do discurso inclusivo e centralizador na figura da escola, é preciso verificar outras possibilidades. A inclusão em classes regulares gera indagações no âmbito de educação geral e demanda da sociedade soluções condizentes com a

democracia e a questão dos Direitos Humanos. É preciso ver e rever a educação, com novos olhares. É mais que hora de dar conta dessas questões, rompendo com anos de negligência, abuso, distorção e isolamento. Assim a inclusão em toda sua plenitude de ser consolidada e não apenas no acesso ao ensino regular com acompanhamentos pedagógicos. O espaço público é historicamente um espaço de inclusão para todos os seres humanos, sem distinções. Horta (2016), sobre a Pedreira (Figura 01), defende que:

A proposta consiste num projeto que marque o início da conversão do complexo de mineração abandonado da Pedreira do Riacho do Município de Contagem (MG) num grande complexo tecnológico, cultural, turístico e de lazer. A iniciativa tem como visão promover a disseminação da preservação ambiental, sendo um espaço que valoriza a convivência e a inclusão social – caracterizando-se como uma área de educação não formal. Local de produção de conhecimento multi e interdisciplinar, onde poderão ser desenvolvido e executado projetos socioambientais e programas de capacitação. O empreendimento também é uma estratégia para prover o município de novos objetivos e valores, construindo novos canais para a atração de atividades e investimentos para a região além de gerar uma área de cultura e lazer para toda a comunidade; fato importante a ser considerado já que a área é carente quanto a parques e praças, bem como espaços destinados ao lazer e áreas verdes.



**Figura 03:** Área destinada ao Parque Urbano da Pedreira Riacho, Contagem/MG.

**Fonte:** <https://mapio.net/a/114581198/>

A inclusão vai além do simples atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais. Deve também alcançar a máxima possibilidade disso: humanizá-los, socializá-los e integrá-los à ordem vigente, efetivando sua participação na mesma. Deficientes devem ser entendidos e concebidos como seres humanos comuns, e não diferentes, e como seres comuns que fazem parte do todo, que é a comunidade. A inclusão se contrapõe à exclusão preponderante no passado e é um desafio para o tempo pós-contemporâneo. O impacto gerado no cotidiano social pode e deve ser uma nova maneira de ver o outro e aprender a conviver com as diferenças. E os espaços públicos devem protagonizar isso, juntamente com a escola.

Esses elementos pedagógicos, por sua vez, se constituem nos mecanismos pelos quais a sociedade deve se organizar com o intuito de permitir a inclusão e incentivar a quebra de eventuais barreiras. A formação da cidadania que promova a inclusão ainda é uma realidade em construção dentro dos espaços públicos das diferentes regiões brasileiras. Tendo como parte integrante de seu projeto (Figura 03), o compromisso de participação, o espaço público possui formas de organização, normas e procedimentos que muitas vezes coíbem ou negligenciam o acesso à inclusão social. Mas o problema não são meramente aspectos formais de sua estrutura, mas, sobretudo, de barreiras arquitetônicas e culturais ainda existentes.

Um bom exemplo de espaço público voltada à inclusão, à qualidade de vida e à promoção de atividade física fica em Belo Horizonte. Professores de diferentes conteúdos

lotados como servidores da municipalidade utilizam os espaços públicos municipais (parques e praças) das nove áreas regionais da cidade, trabalhado com a perspectiva do espaço público integrado que conta com a participação da comunidade local. A prática educativa adotada promove uma relação inovadora entre comunidade, pais, alunos e professores tendo o espaço público como centro cultural com lazer, arte e discussão política. A proposta pedagógica é trazer para a o espaço público, questões de cidadania, a partir da realidade e do conflito entre idosos, adultos, jovens, adultos, crianças e adolescentes criando um campo de aprendizado constante. Em consonância com as leis educacionais em vigor, é aberto um leque de experiências com ênfase na inclusão social e na formação em Ecologia humana. No espaço público integrado, as atividades esportivas e a educação física se tornam o elo defensor de um processo educacional inclusivo com uma educação cultural voltada para todos, sem distinções ou limitações. Neste contexto, a educação física, se faz e refaz, numa perspectiva dinâmica, com a construção de propostas que devem ser revisitadas a todo o tempo para a melhor adaptação seja dos conteúdos abordados, ou dos espaços apropriados. Não somente o conteúdo se faz importante, mas acima de tudo, a integração faz parte do processo inclusivo.

#### 4 CONCLUSÃO

Quanto a qualquer tentativa de previsão, sem antecipar e indicar possibilidades de cada um, com a convivência com os educadores no dia a dia. Com necessidades específicas para cada sujeito onde a o espaço público promove as intervenções capazes de lhes proporcionar o conhecimento. A capacitação dos professores é primordial para essa inclusão extraescolar acontecer na prática e a conscientização das famílias em enfrentar a sociedade com seu filhos "diferentes" e transpor a barreira do preconceito e aceitação. Com políticas públicas de educação inclusiva para que as pessoas com necessidades educacionais especiais ultrapassem os anos iniciais e curse o ensino regular com resultados satisfatórios. No caso de Contagem, o parque da Pedreira precisar ser implantado.

Conclui-se então que o homem, um ser que tem sua essência anexa à existência em sociedade é vulnerável a movimentos para afastá-lo dessa socialização, provocando e aumentando seu sofrimento, visto que ele não existe fora dela. Acabando a violência, intolerância, discriminação e exclusão, uma nova sociedade se consolidará. Ao logo do trabalho foi visto que a sociedade, o espaço público e a família tem grande importância na formação do homem como ser social. Que ambos, escola e espaço público, e que possuem aspectos positivos e negativos na formação do sujeito sejam trabalhados em conjunto. Ou seja, aspectos negativos esses marcados por dificuldades encontradas através da falta, muitas vezes de interesse dos governos, de uma má estrutura familiar e a falta de compromisso do grupo familiar junto à instituição pública. Sendo assim, muitas vezes, a escola fica sobrecarregada com essa função social, de preparar esse aluno para conviver nessa sociedade excludente. O espaço público, adotando esses indivíduos e os problemas que com eles vem juntos, trarão novas possibilidades e perspectivas. "Somos radicalmente iguais em nossas diferenças"

#### REFERÊNCIAS

BATISTA, Francimara das Graças. CARDOSO, Nilce da Conceição. FAMELLI, Walquíria Chagas de Castro. **Desafios educativos**: humanizar, incluir, socializar. Boletim da UFMG. Seção Opinião. Ano 41, nº 1906, Publicado em 01 de junho de 2015.

BERNARDO HORTA ESCRITÓRIO DE ARQUITETURA. **Projeto do Centro Ambiental da Pedreira**. Disponível em: <https://bernardhorta.com.br/Centro-Ambiental-da-Pedreira>. Acesso em: 26. jan. 2020

CARMO, Apolônio Abadio do. Educação física e inclusão escolar: em busca da superação dos limites da adaptação. **Revista Conexões**, v. 6, 2001, p. 69-85

CHICON, José Francisco. Inclusão e exclusão no contexto da educação física escolar. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 14, n. 01, p. 13-38, janeiro/abril de 2008.

DAMAZIO, Marcia da Silva; BRUZI, Alessandro Teodoro. Educação inclusiva e o papel da educação física no contexto escolar. **Revista Ramal de Idéias**, Edição 1. Caminhos da Inclusão, UFAC, s/d.

MOREIRA, Ramon Missias. A Educação Física como meio de inclusão social: mito ou verdade? **Lecturas: Educación Física y Deportes**. Buenos Aires, v. 12, n. 116, enero 2008.

NEVES, Livia Almada. **Corporeidade**: uma filosofia de atuação na educação física. 2009, 38 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Educação Física) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

OLIVEIRA, Flavia Fernandes de. Dialogando sobre educação, educação física e inclusão escolar. **Lecturas: Educación Física y Deportes**. Buenos Aires, v. 8, n. 51, ago. 2002.

SILVA Wilians Douglas Barbosa da. *et. al.* A inclusão dos portadores de necessidades especiais na educação física escolar. In: CONBRACE/ V CONICEI. Brasília, 18., 2013. **Anais [...]**, ago. 2013.

SOARES Francine Rodrigues. ALVES, Cleusa Medina C. (org.). Teoria e prática a caminho da inclusão na educação física escolar. Disponível em: <http://www.eefe.ufscar.br/upload/6.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2021

SEIDEL, Juliana Matos. **Ecologia humana diversas perspectivas**. In: Programa de Doutorado em Ambiente e Sociedade. NEPAM/Unicamp. Disponível em: [http://www2.ib.unicamp.br/profs/thomas/arch/AS002\\_2008/ensaios%20finais/EcologiaHumana-JulianaSeidel.pdf](http://www2.ib.unicamp.br/profs/thomas/arch/AS002_2008/ensaios%20finais/EcologiaHumana-JulianaSeidel.pdf). Acesso em: 26 jan. 2021

SILVA Carla Cristina de Carvalho. O estudante deficiente e os desafios da educação inclusiva no brasil: eventuais limites impostos à educação física. Belo Horizonte: Faculdade Nova Ateneu/IPEMIG, 2019. (Especialização em Metodologia de Ensino das Artes).